

SEGUNDO CENTRO INT.DEF.AEREA CONTR.TFG.AEREO

Estudo Técnico Preliminar 13/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 67616.000630/2026-64

2. Descrição da necessidade

Inicialmente, cabe elucidar que esta contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelo Art. 9º da IN SEGES 05 /2017, haja vista que os serviços do escopo do objeto excedem as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos desta Prefeitura de Aeronáutica, razão pela qual se opta pela terceirização dos serviços.

A PACT, como Elo Executivo do Sistema de Próprios Nacionais Residenciais, tem como missão executar as atividades de administração de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) pertencentes à União e jurisdictionados ao Comando da Aeronáutica (COMAER), nos estados em que estão localizadas as áreas de ação do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), por meio do Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA II), a fim de disponibilizar residências temporárias aos militares dos efetivos, no interesse do serviço.

Os PNR e Vilas Militares administrados pela PACT estão localizados na cidade de Curitiba/PR (sede), e nos municípios de Cascavel/PR, Foz do Iguaçu/PR, Urubici/SC, Canguçu/RS, Santiago/RS, Uruguaiana/RS e Corumbá/MS.

Nessas cidades, a PACT administra um total de 658 PNR e realiza obras, serviços de engenharia e outros serviços prediais nas edificações e áreas patrimoniais. Os imóveis possuem, em sua maioria, mais de 50 anos de construção, requerendo constantes intervenções para que continuem a atender sua finalidade institucional, sendo imprescindível a contratação de serviços diversos para reforma, manutenção e conservação do patrimônio.

De forma recorrente, verificou-se, a partir do monitoramento e dos diagnósticos realizados pela PACT, a necessidade de execução de serviços de reparo, manutenção e conservação preventiva e/ou corretiva do pavimento asfáltico, em razão de manifestações patológicas decorrentes do desgaste natural dos materiais, do tráfego contínuo de veículos e da ação de intempéries.

Da mesma forma, a partir de vistorias técnicas recorrentes realizadas nas vilas sob responsabilidade da PACT, foram identificados diversos pontos com trincas, fissuras, afundamentos localizados, placas e desagregação superficial do revestimento, bem como a progressão dessas patologias ao longo do tempo, fato que demonstra prejuízo às condições de segurança, conforto e funcionalidade das vias. Diante dessas circunstâncias, para que o pavimento continue a atender às condições adequadas de tráfego, acessibilidade e segurança dos usuários, torna-se imprescindível a contratação, sob demanda, de serviços de manutenção do pavimento asfáltico, de forma não continuada, de modo a preservar a infraestrutura viária e o patrimônio sob responsabilidade da PACT.

Ademais, a oficialização da demanda guarda observância à NSCA 12-1/2021 – Norma do Sistema de Próprios Nacionais Residenciais (SISPNR), que padroniza procedimentos, estabelece a organização, disciplina o funcionamento e orienta o gerenciamento das atividades relacionadas ao SISPNR, e preconiza atividades e tarefas relacionadas ao serviço de Administração de PNR e infraestruturas das vilas, no âmbito do COMAER. Dentre elas, compete aos Elos Executivos prever e prover a manutenção dos PNR/ Vilas, quando necessário, a fim de zelar para que seja proporcionado aos usuários e dependentes uma moradia digna, segura, em bom estado de conservação, visando ao bem-estar e qualidade de vida da família militar.

Outrossim, seguindo os preceitos normativos de manutenção de bens patrimoniais imóveis, observa-se que as intervenções pontuais não são apenas necessárias, mas obrigatórias e oportunas, enquanto tempestivas, na medida que o adiamento de serviços poderá ensejar a aceleração da degradação das edificações pela exposição e/ou inutilização ao longo do tempo, aumentando os serviços corretivos, o grau de dificuldade de recuperação, e os custos de contratação.

Levando em conta o plano de contratações anual, as diretrizes e as necessidades anteriormente expostos, faz-se necessária a contratação do objeto especificado neste processo, sendo de suma importância a realização dos serviços do escopo, a fim de retomar a segurança das vias.

Trata-se de trechos de vias pavimentadas que se encontram com diversas manifestações patológicas no pavimento asfáltico, tais como fissuras, trincas, afundamentos, painéis e deformações superficiais, decorrentes principalmente do envelhecimento natural do revestimento, da ação das intempéries e das solicitações repetidas do tráfego.

Em razão desse cenário, as vias passaram a apresentar condições inadequadas de trafegabilidade e segurança, pois, embora não haja, no momento, risco iminente de colapso da infraestrutura viária, as patologias existentes comprometem o conforto e a segurança dos usuários e aceleram o processo de degradação do pavimento pertencente à União. Ademais, a postergação das intervenções de manutenção corretiva poderá acarretar prejuízos à Administração, uma vez que tende a ampliar a extensão dos danos, elevar significativamente os custos de recuperação e, em casos mais severos, inviabilizar soluções de manutenção pontual, exigindo a reconstrução integral do pavimento.

Nesse contexto, após a avaliação das demandas, a área técnica concluiu que o objeto se enquadra como serviço comum de engenharia, haja vista que os serviços previstos no escopo a ser contratado apresentam padrões de desempenho e qualidade que serão objetivamente definidas pelas Especificações Técnicas, por meio de especificações usuais no mercado, e que para a realização desses serviços será necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados, conforme o disposto na Lei nº 5.194/1966.

Por esses motivos, os serviços de recuperação, conservação e manutenção do pavimento asfáltico são de fundamental importância para a vida útil da infraestrutura viária, para a segurança dos usuários e para a adequada circulação de veículos e pedestres nas Vilas Militares da Aeronáutica, sob responsabilidade da PACT.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Planejamento e Projeto da Prefeitura de Aeronáutica de Curitiba (PPPJ)	DOUGLAS THOMAZ CAMILO CASTRO SARES DE SOUZA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que o serviço contratado seja corretamente executado, existirão requisitos mínimos a serem satisfeitos.

Para esta contratação, será necessária a comprovação de qualificação técnica do fornecedor e dos profissionais pertencentes ao quadro permanente da empresa, ou prestadores de serviço, com originalidade comprovada. A exigência de qualificação técnica visará garantir que não se formalize Contrato com quem não possa demonstrar, mediante sólida documentação, a qualificação mínima necessária para o atendimento ao objeto que se pretende contratar.

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade, em plena validade.

Quanto à capacitação técnico-operacional, apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo CREA e/ou CAU, com as seguintes características mínimas:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PESO (CURVA ABC)	QUANTITATIVO CORRESPONDENTE DO OBJETO	QUANTIDADE A SER COMPROVADA
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, COM CAP 50/70 - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE.), OU EQUIVALENTE TÉCNICO	40,16	50% do quantitativo previsto no Projeto e /ou Planilha Orçamentária.	315,225 m³
EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO IMPERMEABILIZANTE COM ASFALTO DILUÍDO CM-30 OU EQUIVALENTE TÉCNICO	13,95%	27% do quantitativo previsto no Projeto e /ou Planilha Orçamentária.	3.404,43 m²
EXECUÇÃO DE FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, COM LARGURA DA VIA MAIOR QUE 6,00 M E MENOR OU IGUAL 10,00 M OU EQUIVALENTE TÉCNICO	12,05%	30% do quantitativo previsto no Projeto e /ou Planilha Orçamentária.	3.782,70 m²

Comprovação da capacitação técnico-profissional, apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no CREA e/ou CAU, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

Para o Engenheiro Civil ou Arquiteto, serviços de:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, COM CAP 50/70 - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE.), OU EQUIVALENTE TÉCNICO
EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO IMPERMEABILIZANTE COM ASFALTO DILUÍDO CM-30 OU EQUIVALENTE TÉCNICO
EXECUÇÃO DE FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, COM LARGURA DA VIA MAIOR QUE 6,00 M E MENOR OU IGUAL 10,00 M OU EQUIVALENTE TÉCNICO

No que diz respeito às diretrizes de caráter ambiental, considerando que para execução dos serviços do escopo do objeto são utilizados insumos comuns aos utilizados em contratações de obras e serviços de engenharia, no que for cabível, o fornecedor contratado deverá:

Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do Art. 11 do Decreto nº 5.975/2006, de:

Manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA);

Supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do SISNAMA;

Florestas plantadas; e

Outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do Art. 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF), mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme Art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05/2014, e legislação correlata;

Documento de Origem Florestal (DOF), instituído pela Portaria nº 253/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;

Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), conforme Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

Nos termos dos Art. 3º e 10 da Resolução CONAMA nº 307/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe “A” de reservação de material para usos futuros;

Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; e

Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas; e

Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ABNT NBR nº 15.112/2004, 15.113/2004, 15.114/2004, 15.115/2004 e 15.116/2004.

Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 1/1990, e legislação correlata;

Nos termos do Art. 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

5. Levantamento de Mercado

A realização do levantamento de mercado consistiu na análise das alternativas disponíveis para solução dos desafios enfrentados. Durante este processo, foram identificadas as melhores técnicas e práticas presentes no mercado, além de considerar contratações similares feitas por outros órgãos e entidades. O objetivo foi descobrir novas metodologias, tecnologias e inovações que possam atender de forma eficaz às necessidades da PACT.

Para a execução dos serviços de recuperação asfáltica, o mercado dispõe de diferentes métodos e técnicas de intervenção em pavimentos flexíveis, tais como remendos profundos, fresagem com recomposição da camada de rolamento e aplicação de novo revestimento asfáltico. Considerando que as vias internas das Vilas Residenciais administradas pela Prefeitura de Aeronáutica de Curitiba (PACT) são utilizadas diariamente pelos militares e seus familiares, faz-se necessário mantê-las em adequadas condições de trafegabilidade, segurança e conforto. As vistorias recorrentes realizadas nas vilas evidenciaram a presença de defeitos funcionais e estruturais no pavimento, como trincas, panelas, desgaste superficial e irregularidades, que comprometem o desempenho da via e aceleram o processo de degradação. Dentre as soluções disponíveis, destacam-se a execução de remendos localizados, a fresagem dos trechos deteriorados e a posterior recomposição do pavimento com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), restabelecendo as condições originais de rolamento.

Ademais, visando eliminar de forma definitiva os pontos críticos identificados e reduzir a recorrência de manutenções corretivas, optou-se pela recuperação das camadas danificadas do pavimento, com regularização da base nos trechos comprometidos e execução de nova camada de revestimento asfáltico. Essa solução técnica apresenta maior durabilidade, melhora o desempenho estrutural da via e reduz a necessidade de intervenções frequentes por parte da PACT, assegurando melhores condições de circulação, segurança viária e preservação do patrimônio público sob sua administração.

Vale ressaltar que o objeto da contratação possui média complexidade e é oferecido por inúmeras empresas, resultando em uma ampla oferta no mercado local.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução abrangerá a contratação de serviços comuns de engenharia, incluindo o fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais necessários à recuperação asfáltica das vias internas das Vilas Militares dos Oficiais e Suboficiais e Sargentos, compreendendo, conforme a necessidade técnica identificada em campo, a execução de fresagem nos trechos deteriorados, remendos localizados, regularização das camadas comprometidas e

recomposição do pavimento com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), bem como a recomposição do acabamento superficial e a sinalização provisória de obra, de modo a restabelecer as condições adequadas de trafegabilidade, segurança e desempenho funcional das vias da Vila Militar.

Os serviços serão detalhados nas Especificações Técnicas e serão executados nas Vilas Militares dos Oficiais e Suboficiais e Sargentos, localizados em Bacacheri, Curitiba -PR.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Dada a natureza dos serviços que serão contratados, para a definição de suas quantidades, deverão ser realizados levantamentos de comprimentos, áreas e volumes a serem contempladas neste processo. Além disso, deverão ser realizadas inspeções e medições *in loco*.

Após a definição e especificações dos serviços a serem contratados, os quantitativos de material, equipamento e mão de obra necessários à execução do objeto deverão ser extraídos de programas computacionais específicos para tal fim.

A definição do quantitativo de mão de obra necessária à execução dos serviços será obtida diretamente pela aplicação dos índices de produtividade, dispostos nas composições de custos unitários do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI).

A planilha orçamentária de referência foi elaborada conforme levantamento de quantitativos nos Projetos Básicos e Memoriais Descritivos, sendo que as unidades dimensionais e preços foram obtidas conforme os indicadores: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.145.010,78

O custo global de referência será obtido a partir das composições dos custos unitários iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do SINAPI, conforme disposto no Decreto nº 7.983/2013.

Os custos unitários de referência considerados serão, para o estado do Paraná, vigentes à época da elaboração do orçamento.

Para definição do orçamento economicamente mais vantajoso para a Administração, serão analisados 2 (dois) cenários distintos:

Cenário 1: com desoneração da folha de pagamento (encargos sociais para horistas de 100,25% para o Estado do Paraná); e cenário 2: sem desoneração da folha de pagamento (encargos sociais para horistas de 116,28% para o Estado do Paraná). Os encargos sociais considerados serão obtidos no sítio eletrônico da Caixa Econômica Federal, referência: a partir de janeiro/2026.

No que diz respeito ao cálculo dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), para os dois cenários será considerado o tipo de obra de construção de edifícios, utilizando o quartil médio e a metodologia de cálculo estabelecidos no Acórdão nº 2.622/2013 – TCU Plenário. O que diferenciara os cenários é a aplicação da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) no cenário 1, no valor de 2,7% (**dois vírgula sete por cento**), conforme recomenda a Lei nº 13.161/2015, em compensação à desoneração da mão de obra, e a não aplicação no cenário 2. O cálculo do BDI será detalhado na Planilha Estimativa de Composição de BDI, que será anexada ao Termo de Referência.

A contratação utilizará apenas insumos ordinários da construção. Não será necessário o fornecimento de bens cuja aquisição seja realizada diretamente do fabricante ou de fornecedor com especialidade própria e diversa da contratação de engenharia. Por esse motivo, não será adotado BDI diferenciado para fornecimento de materiais e equipamentos.

Para os itens com a denominação “Próprio” as composições serão compostas por insumos e composições do próprio SINAPI, as quais são inseridas em um banco de composições de preço unitário (CPU), com códigos sugeridos no Manual de Projetos do SEAP.

Como componente da Planilha Orçamentária, serão apresentadas todas as CPU adotadas. Mesmo para os casos em que a apresentação das CPU seja desnecessária (por exemplo, com a utilização de CPU da base SINAPI), optar-se-á por apresentá-las, haja vista que as CPU das bases oficiais poderão sofrer variações nos seus coeficientes em razão das diversas revisões que sofrem ao longo do tempo. Além disso, algumas CPU da base SINAPI poderão ser substituídas, o que acarretaria perda da referência adotada.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Inicialmente, destaca-se que o objeto possui natureza técnica indivisível, uma vez que os serviços envolvidos na recuperação asfáltica — tais como fresagem ou remoção de trechos deteriorados, regularização da base e sub-base, recomposição estrutural do pavimento, aplicação de nova camada asfáltica, selagem de fissuras e demais intervenções necessárias à restauração das vias — são interdependentes e devem ser executados de forma integrada, garantindo a continuidade estrutural e funcional do pavimento. O eventual parcelamento da contratação poderia comprometer a adequada execução dos serviços, gerando riscos sistêmicos e de integração entre diferentes executores, além de dificultar a definição de responsabilidades técnicas, podendo ocasionar incompatibilidades entre as etapas de execução e o chamado “jogo de empurra” entre fornecedores em caso de falhas ou inconsistências.

Adicionalmente, a execução integrada dos serviços garante padronização técnica dos métodos construtivos, dos materiais empregados — especialmente quanto ao tipo de mistura asfáltica, ligantes e agregados — e das soluções de engenharia adotadas, contribuindo para a uniformidade do desempenho estrutural do pavimento ao longo de toda a malha viária das vilas militares. Tal padronização é fundamental para assegurar a durabilidade do pavimento, a regularidade superficial das vias e a adequada drenagem superficial, evitando patologias prematuras.

Sob o aspecto administrativo, o parcelamento da solução implicaria na necessidade de gerenciamento de múltiplos contratos ou fornecedores, aumentando significativamente a complexidade da fiscalização contratual, da gestão administrativa e do acompanhamento técnico da execução dos serviços. Nesse contexto, considerando a natureza da contratação, verifica-se que a manutenção de um único objeto licitatório se mostra mais eficiente, pois a Administração realizará apenas um único procedimento licitatório, reduzindo custos administrativos, simplificando o processo de fiscalização e proporcionando maior eficiência na gestão contratual.

Por fim, ressalta-se que os serviços de recuperação asfáltica nas vias das vilas militares constituem um conjunto de intervenções que formam um sistema único de pavimentação, exigindo responsabilidade técnica integrada sobre todas as etapas executivas, condição essencial para garantir a qualidade da obra, a segurança do tráfego interno, a durabilidade da pavimentação e a adequada circulação de veículos e pedestres nas áreas residenciais.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da solução não se mostra técnica nem administrativamente recomendável, sendo mais adequado que a contratação ocorra em lote único, assegurando a correta execução dos serviços, a responsabilização técnica integral e maior eficiência na gestão da contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para o atendimento da solução pretendida não será necessário realizar contratações correlatas

A presente contratação refere-se à execução dos serviços de **recuperação de pavimentação asfáltica nas vias internas da Vila dos Oficiais e da Vila de Suboficiais e Sargentos da Guarnição de Aeronáutica de Curitiba**, sob responsabilidade da Prefeitura de Aeronáutica de Curitiba (PACT).

Destaca-se que a presente contratação possui **caráter interdependente** em relação à contratação anteriormente realizada para **elaboração do projeto básico/executivo e da respectiva planilha orçamentária**, instrumentos técnicos indispensáveis para a adequada definição da solução de engenharia a ser implementada.

A elaboração prévia do projeto e da planilha orçamentária mostrou-se necessária, uma vez que os serviços de recuperação asfáltica exigem **diagnóstico técnico das condições do pavimento existente**, identificação das patologias presentes nas vias — tais como trincas, afundamentos, desgaste superficial e falhas estruturais —, bem como a definição das **técnicas de intervenção mais adequadas**, incluindo eventuais serviços de fresagem, recomposição da base, regularização do subleito e aplicação de nova camada de revestimento asfáltico.

Nesse contexto, o projeto técnico elaborado estabeleceu **os parâmetros de execução, as especificações técnicas dos materiais, as soluções construtivas adotadas e o quantitativo detalhado dos serviços**, os quais subsidiaram a elaboração da planilha orçamentária e permitiram a correta estimativa dos custos da intervenção. Dessa forma, tais documentos passaram a **nortear tecnicamente o presente processo de contratação da execução da obra**, garantindo maior precisão no planejamento, transparência na estimativa de custos e segurança jurídica ao procedimento administrativo.

Ressalta-se, ainda, que a contratação prévia do projeto foi necessária, considerando que a **PACT não dispõe, em seu quadro técnico, de profissional especializado na área específica de pavimentação e engenharia de transportes**, o que justifica a necessidade de apoio técnico especializado para a elaboração dos estudos e projetos que embasam a solução de engenharia adotada.

Dessa forma, verifica-se que a contratação da execução dos serviços de recuperação asfáltica **está diretamente vinculada e é tecnicamente dependente da contratação anterior destinada à elaboração do projeto e da planilha orçamentária**, configurando, portanto, contratações interdependentes, nas quais o produto da primeira contratação constitui elemento fundamental para a adequada instrução e execução da segunda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra respaldo institucional no Plano de Trabalho Anual (PTA). O PTA é o documento decorrente do alinhamento estratégico da Força Aérea Brasileira (FAB), no qual são definidas as metas e tarefas a serem cumpridas por uma Organização Militar, no período de um exercício financeiro, abrangendo as atividades e projetos necessários ao cumprimento de sua missão. Nesse Plano, são priorizados as atividades e os projetos a serem implementados, os quais deverão contribuir para o alcance dos objetivos específicos definidos na política da FAB.

O presente projeto utilizará os recursos disponíveis no PTA, conforme dados abaixo:

1. Gestão/Unidade: 00001/120072/120516
2. Fonte: 1052000140
3. Programa de Trabalho: 05 151 6112 20XV 0001
4. Elemento de Despesa: 339039
5. PI: DC060401100

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para a Administração.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

Ademais, a execução dos serviços de recuperação asfáltica proporcionará maior segurança e melhores condições de circulação aos permissionários, uma vez que serão eliminadas as irregularidades e defeitos do pavimento, reduzindo

o risco de acidentes, melhorando a trafegabilidade e prevenindo a evolução de patologias que possam comprometer a integridade das vias internas das Vilas Residenciais.

13. Providências a serem Adotadas

Para o atendimento da solução pretendida, será necessário realizar as intervenções nos trechos de pavimento identificados como críticos, contemplando a preparação da superfície, a eventual fresagem das camadas deterioradas, a execução de remendos localizados e a recomposição do revestimento asfáltico, conforme as condições verificadas em campo.

Além disso, caberá à empresa contratada planejar, coordenar e adotar as providências necessárias para viabilizar a execução dos serviços, devendo buscar e garantir as condições operacionais indispensáveis à adequada realização das atividades. Para tanto, deverá providenciar, sempre que necessário, o isolamento e a sinalização das áreas de intervenção, a organização e controle provisório do tráfego interno das vias afetadas, bem como a coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos provenientes da fresagem e das demolições do pavimento, de forma a assegurar a correta execução do objeto contratual.

Não será necessário adotar outras providências como capacitação de militares para fiscalização e/ou gestão ambiental.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não haverá necessidade de supressão de vegetação no projeto em questão, tampouco movimentações de terra significativas.

No que diz respeito aos métodos, materiais e serviços que serão especificados para execução dos serviços, deverão ser escolhidos aqueles capazes de minimizar a emissão de gases poluentes durante a vida útil das edificações, além daqueles que apresentarem maior eficiência e menor consumo de água e/ou energia elétrica.

Quanto ao gerenciamento de resíduos sólidos, deverá ser exigida da futura Contratada a gestão de tais resíduos, os quais deverão ser destinados corretamente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os Estudos Preliminares evidenciam que a contratação da solução proposta se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária, declarando-se, dessa maneira, a viabilidade da contratação pretendida

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DOUGLAS THOMAZ CAMILO CASTRO SOARES DE SOUZA

Equipe de Planejamento

RODRIGO BARRIOS DE ARAUJO

Equipe de Planejamento

JOSIVALDO DE SOUZA DIAS

Equipe de Planejamento

JOHNNY CASTRO FRANCESCHI

Equipe de Planejamento



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR-ETP_120072-000013-2026
Data/Hora de Criação:	26/05/2026 17:55:40
Páginas do Documento:	10
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	11
Hash MD5:	9d5dfa1a7ff4c65a8aac55cd01ca4cc6
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten DOUGLAS T. CAMILO CASTRO SOARES DE SOUZA no dia 26/05/2026 às 15:04:47 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento JOHNNY CASTRO FRANCESCHI no dia 26/05/2026 às 15:04:59 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento JOSIVALDO DE SOUZA DIAS no dia 26/05/2026 às 15:06:20 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento RODRIGO BARRIOS DE ARAUJO no dia 26/05/2026 às 15:06:36 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap VINÍCIO PERUSSO no dia 26/05/2026 às 16:26:17 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int MARCELO SERRÃO DOS SANTOS DE ARAUJO no dia 27/05/2026 às 11:52:00 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO